

REFUGIADOS: (RE)TERRITORIALIDADE E PERSPECTIVAS

REFUGEES: (RE)TERRITORIALIZATION AND PERSPECTIVES

JAMES MIYAMOTO

RESUMO

A população mundial tem crescido cerca de 1% ao ano. O número de refugiados aumenta a uma taxa anual que chega a 10%. Razões geopolíticas, guerras, discriminação, fome, eventos climáticos, assédio sexual, perseguições sociais, políticas culturais, fragilidades econômicas etc. provocam a fuga de pessoas para outros países ou regiões de um mesmo país. O objetivo geral do presente trabalho é apresentar o dramático tema contemporâneo dos refugiados em seus processos de reterritorialização. Como objetivo específico, busca-se entender as alternativas de assentamentos para refugiados que possam permitir maior qualidade de vida, além de integração social. Como método de pesquisa, é realizada a análise comparativa dos campos de refugiados de Dadaab e Kalobeyei. O primeiro, um modelo tradicional em que imigrantes são eternamente dependentes de um frágil e limitado assistencialismo social e, o segundo, Kalobeyei, um modelo inovador, ainda que incipiente, que busca a integração, a liberdade e a evolução social e econômica dos refugiados. Dessa forma, pretende-se apresentar como resultado possíveis (novas) perspectivas de vida para grupos absolutamente vulnerabilizados e carentes.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos precários. Campo de refugiados. Migração forçada. Territórios.

ABSTRACT

The world population has been growing at about 1% per year. The number of refugees increases at an annual rate of up to 10%. Geopolitical reasons, wars, discrimination, famine, climatic events, sexual harassment, social, political, and cultural persecution, economic weaknesses, etc. cause people to flee to other countries or regions of the same country. The general objective of this work is to present the dramatic contemporary theme of refugees in their reterritorialization processes. As a specific objective, it seeks to understand the alternatives of settlements for refugees that can allow a better quality of life, in addition to social integration. As research method, a comparative analysis of the Dadaab and Kalobeyei refugee camps is carried out. The first, a traditional model in which immigrants are eternally dependent on a fragile and limited social welfare system, and the second, Kalobeyei, an innovative model, albeit incipient, that seeks the integration, freedom, and social and economic evolution of refugees. In this way, it intends to present as a result possible (new) life perspectives for groups that are absolutely vulnerable and destitute.

KEYWORDS: Precarious settlements. Refugee camp. Forced migration. Territories.

INTRODUÇÃO

SEGUNDO O ALTO Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), – em inglês, *United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)*, – ao final de 2021, havia 89,3 milhões de refugiados no mundo, em função de “[...] perseguição, conflito, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que perturbem seriamente a ordem pública” (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2022, p. 2).

Ao se deslocarem, esses grupos reconfiguram novas expressões territoriais, em geral com precária habitabilidade, escassez de saneamento ambiental, unidades habitacionais de baixa qualidade e/ou provisórias, carência de serviços de saúde, educação, transporte e lazer, dentre outras adversidades. Gradualmente, entretanto, vem aflorando uma conscientização de que outros paradigmas de assentamentos de refugiados devem ser buscados. É importante destacar que, em função das dualidades inerentes ao tema, “provisório-definitivo”, “deslocamento-permanência”, “exclusão-inclusão” se destacam como aspectos a serem considerados.

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar o dramático tema contemporâneo dos refugiados em seus processos de reterritorialização. Como objetivo específico, a partir de discussões em suas variações conceituais e contextuais, busca-se entender dois modelos distintos de assentamentos. De um lado, a realidade de um campo atual (e típico) com marcantes traços de confinamento (“tradicional”), *Dadaab* (Figura 1); e, de outro, *Kalobeyei* (Figura 2), um incipiente, e aparentemente original, paradigma de campo de refugiados de caráter mais permeável e livre. Um modelo mais aberto a interações dos imigrantes com as comunidades locais e que busca autossuficiência econômica e social. Ambos estão localizados no Quênia. Como hipótese de trabalho, busca-se responder à seguinte indagação: pode haver alternativas para as atuais condições de moradia, trabalho, convívio e qualidade de vida nos assentamentos onde se instalam os já oprimidos e discriminados refugiados?

FIGURA 1 – Complexo de refugiados de Dadaab, Quênia (2020).

Fonte: *United Nations High Commissioner for Refugees* (2020), reprodução mediante autorização do detentor dos direitos autorais.



FIGURA 2 — Complexo de refugiados de Kalobeyei, Quênia (2020).

Fonte: *United Nations High Commissioner for Refugees* (2020), reprodução mediante autorização do detentor dos direitos autorais.



A relevância da pesquisa está na necessidade de se entender algo inerente à natureza de um refugiado: o processo de “desterritorialização-territorialização”. Partida e chegada confluem e se ancoram, em algum momento, na apropriação do lugar. A literatura relativa ao assunto é heterogênea e dispersa. De antemão, é importante pontuar que as questões morfológicas, ou seja, aquelas atinentes às configurações formais ou tipológicas dos assentamentos para refugiados, no atual momento, talvez não sejam o aspecto mais fundamental na vida de um refugiado em um ambiente estranho à sua terra natal. No presente estágio dos enclaves planejados, espontâneos ou híbridos, estão as condições coercitivas que impedem o trabalho e a integração com comunidades nativas; a precária infraestrutura dos assentamentos; a falta de perspectiva de futuro e autossuficiência; a negligência da comunidade internacional diante do crescente problema, dentre outros fatores.

Como procedimento metodológico, será apresentada ampla revisão bibliográfica, com a correspondente análise da situação dos refugiados, sobretudo em relação às particularidades espaciais, formas de apropriação territorial e integração social. O modelo tradicional de campo de refugiados de Dadaab será confrontado com o de Kalobeyei, uma experiência recente ainda em consolidação, que traz uma ótica original que objetiva a integração dos refugiados com as populações nativas, autossuficiência econômica e liberdade.

Por fim, as considerações finais destacam a implementação de processos participativos, na relação direta com a qualidade de vida dos refugiados, no contexto de suas reterritorializações.

REFUGIADOS NO SÉCULO XX: AGRAVAMENTO DE UM PROBLEMA

Em 14 de dezembro de 1950, foi criada a *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR), através de Assembleia Geral das Nações Unidas. Esse organismo multilateral, baseado nas premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), formulou a Convenção relativa ao Status de

Refugiados, em 1951, ajustada por Protocolo, em 1967, que assim define a expressão “refugiados”:

[São pessoas], fora de seu país de nacionalidade ou residência habitual, que devido ao temor fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou por possuir opinião política, não pode ou não está disposto a valer-se da proteção daquele país; ou que, em consequência de tais acontecimentos, não possa ou não deseje regressar a ele (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 1966, p. 14).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), milhões de imigrantes do Leste Europeu e judeus ameaçados pelo genocídio nazista migraram para outros países. Posteriormente à Guerra, a Partilha da Palestina (em 1947) e Partilha da Índia (em 1948) foram grandes geradores de refugiados.

Outros grandes eventos relacionados à fuga ao exterior após a Segunda Guerra Mundial devem ser registrados, como: a Revolução Húngara (em 1956); a expulsão em Uganda de 20 mil pessoas (em 1972); insurgências das antigas colônias da França na Indochina (Vietnam, Camboja e Laos). Um novo capítulo aconteceu, a partir de 1991, com a dissolução da União Soviética: “O fim da Guerra Fria [...] reviveu antigas hostilidades e aumentou as situações de emergência por tensão, [...] mudou a natureza dos refugiados e expandiu o número de campos” (RASHIDI; HOSSEINI, 2018, p. 2).

Na última década, conflitos políticos desencadearam diferentes processos de migração forçada em países do Oriente Médio, Ásia, África e América do Sul. A Primavera Árabe (2010/2011) motivou a fuga de milhares de pessoas, inicialmente provenientes da Tunísia, Egito e Líbia e, mais adiante, da Síria. Em 2021, constata-se que cerca de 69% de todos os refugiados do mundo eram originários de cinco países: República Árabe da Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2022). Por outro lado, os países que mais receberam refugiados foram: Turquia, Colômbia, Paquistão, Uganda e Alemanha.

Muitos acontecimentos recentes vêm marcando os atuais fluxos migratórios e trazem números jamais vistos:

O início do conflito na Síria na década, que continua até hoje; a crise de deslocamento do Sudão do Sul, que seguiu sua independência; o conflito na Ucrânia; a chegada de refugiados e migrantes na Europa por mar; o fluxo maciço de refugiados apátridas de Mianmar a Bangladesh; o fluxo de venezuelanos pela América Latina e Caribe; a crise na região do Sahel na África, onde conflito e mudanças climáticas estão colocando em perigo muitas comunidades; o conflito renovado e preocupações de segurança no Afeganistão, Iraque, Líbia e Somália; o conflito na República Centro-Africana; deslocamento interno na Etiópia; os novos surtos de luta e violência na República Democrática do Congo; a grande crise humanitária e de refugiados no Iêmen (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2020a, p. 6).

A migração forçada rumo à uma outra região ou outro país não é algo trivial. São desterritorializações que desfazem laços, memórias, identidades, desejos e bens.

Feita essa breve caracterização histórica do tema, parte-se para a apresentação dos tipos de assentamentos que são criados em função desta necessidade de reterritorialização. São aglomerados cada vez mais numerosos e densos, com recorrentes vulnerabilidades. Destinos que são produtos da resignação, do desalento e do desespero.

TIPOS DE CAMPOS DE REFUGIADOS

É importante destacar que apenas uma parte dos refugiados vive em campos. Em 2014, com dados de referência de 59,2 milhões de refugiados no mundo (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2020b), apenas 17 milhões viviam em campos (SIEGFRIED, 2014). A pobre infraestrutura de saneamento parece não distinguir os tipos e dimensões dos agrupamentos. Há alguns, principalmente aqueles não reconhecidos pelos organismos multilaterais internacionais, com apenas algumas dezenas ou centenas de pessoas. Outros com aproximadamente 860 mil pessoas (Kutupalong, em Ukhia, em Bangladesh):

No campo de Moria, na ilha grega de Lesbos, construído para 3.000 pessoas, mas que agora hospeda quase 20.000 pessoas, há até 160 pessoas usando o mesmo banheiro sujo e mais de 500 pessoas para cada chuveiro. Em algumas partes do acampamento, 325 pessoas compartilham uma torneira e não há sabão. Quinze a 20 pessoas podem viver em um único contêiner de navio, em tendas ou em abrigos improvisados (UP TO 250..., 2020, *online*).

Há alguns assentamentos típicos, em função dos contextos urbanos ou rurais onde estão instalados. É particularmente interessante notar que muitas vezes o imigrante forçado prefere viver em assentamentos precários espontâneos, literalmente extramuros, em regiões urbanas, periurbanas ou rurais, em vez de residir em campos de refugiados. Em estudo realizado pelo pesquisador Obi (2021) para o *World Bank*, foi constatado que mais de 80% dos refugiados sírios residentes na Jordânia preferem morar fora dos campos de refugiados (Zaatari e Al Azraq). Em uma análise comparativa entre residentes e não residentes em campos, além de maior liberdade pessoal e igualdade de gênero, densidade populacional mais equilibrada, mais amplo acesso a bens materiais e infraestrutura urbana (água, eletricidade e esgoto), identifica-se mais elevada qualidade de vida (QV) do grupo não confinado em campos (OBI, 2021). Para chegar a essa conclusão sobre a QV, Obi aferiu diversos parâmetros, em um contexto multidimensional, como poder aquisitivo, renda familiar *per capita*, qualidade de moradia, acesso a infraestrutura e experiência (expectativa) de vida, dentre outros indicadores. Há diferentes tipos de assentamentos em meios urbanos:

Em áreas urbanas, muitos refugiados têm padrões complexos de deslocamento, compartilham acomodações, vivem em edifícios públicos não funcionais, centros coletivos, em favelas e tipos informais de assentamentos; muitas vezes suas condições de vida são precárias (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2015a, p. 13).

Em muitos casos, os refugiados são pulverizados em assentamentos frágeis e suas unidades habitacionais se mimetizam às da população anfitriã. Há os campos de refugiados próximos a áreas de grande vitalidade urbana, internalizados em enclaves. Há ainda outra modalidade, os guetos, que, normalmente, concentram pessoas por afinidade étnica. Organizados como grupo, os moradores dispõem de maior sentido de proteção (ainda que muitas vezes ilusória). A precariedade dos assentamentos não distingue países pobres ou ricos. Na rica Itália, por exemplo, através de pesquisa, "*Fuori campo, Asylum seekers and refugees in Italy: unofficial settlements and social marginalisation*", desenvolvida pela *Medici Senza Frontiere*¹, constatou-se que em localidades ao norte do país como Ventimiglia, Como, Gorizia e Bolzano, há dezenas de ocupações espontâneas sem acesso a necessidades básicas. Somente em 2017, foram contabilizados 183.681 refugiados e asilados que em grande parte ocupavam prédios abandonados ou ocupados (53%), alojamentos ao ar livre (28%), tendas (9%), barracos (4%), contêineres (2%), em outras partes do país, especialmente na região do Lazio, seguida de Puglia, Sicília, Calábria e Piemonte (MEDICI SENZA FRONTIERE, 2018, p. 37). O que se constata, como era de se esperar, é que há uma convergência entre a localização dos refugiados e as oportunidades dos meios urbanos.

Como agravante, normalmente os refugiados sofrem com a estigmatização do próprio sentido coletivo, perante outras comunidades. Atualmente, mais de 60% dos aglomerados de refugiados se situam em áreas urbanas (HUANG; GRAHAM, 2018; VOS; DEMPSTER, 2021), onde prevalece o medo, o preconceito e a disputa por espaços limitados e oportunidades escassas. Em muitas situações, ocorre como em Dar es Salaam, Tanzânia, que:

Sempre exerceu uma tradição hospitaleira em relação aos refugiados, [...] em função das pressões urbanas, causadas pelo crescimento populacional vertiginoso e das limitações da infraestrutura (residência, transporte, água, saneamento etc.), os imigrantes [principalmente oriundos de Burundi, de Rwanda e da República Democrática do Congo] vêm sendo compelidos a viver em situações degradantes e serem explorados por aluguéis crescentes, em ambiente de discriminação (MIYAMOTO, 2020, p. 15).

No modelo dos meios rurais, há tipos diferentes de assentamentos. Alguns são demarcados, mas sem barreiras próximas: "Não existe uma delimitação material, em forma de cercas ou muros, ao redor da área total do complexo de campos de *Dadaab*, apenas uma proibição de saída dos seus limites de 50km²" (SILVA, 2016, p. 85). Há outros tipos de cerceamento tácito como: a própria sensação de (justificável) insegurança em lugares mais afastados

das zonas centrais; a arbitrariedade daqueles responsáveis pela segurança, que à margem da lei, permitem (ou não) a circulação de “determinadas” pessoas; e a falta de alternativas reais (e honradas) para onde ir.

Em Bangladesh, uma minoria muçulmana denominada Rohingya, refugiada do noroeste de Mianmar, é apátrida, sem direito a casamento e a propriedade de terra. Dessa forma, é reprimida e discriminada nos dois extremos: no país de origem, Mianmar; e no de destino, Bangladesh. Vivem em campos que se assemelham a instalações prisionais, sem moradia, saneamento, água e segurança.

Alguns desses assentamentos contam com suporte de entidades multilaterais e ONG, inclusive com unidades residenciais e infraestrutura básica, o que ameniza a carência e contribui para que haja alguma autonomia econômica e comunitária. Outros aglomerados, criados de forma espontânea, não possuem o mínimo de instalações que permitam uma vida íntegra. Em alguns campos, há tendas provisórias. Em outros, famílias vivem em contêineres, módulos emergenciais, edificações em madeira etc. Há manifestações vernaculares, como abrigos construídos com barro e/ou galhos retorcidos típicos de áreas áridas (desérticas).

Alguns países europeus (Espanha, Grécia, Hungria, Bulgária, Áustria, Eslovênia, Reino Unido, Letônia, Estônia e Lituânia), para se protegerem do ingresso de refugiados, estão tomando caminho mais restritivo ao se isolarem através de barreiras de proteção: “[...] construíram quase 1.000 km de muros em suas fronteiras desde os anos 90, para evitar a [...] a migração para seus territórios” (BENEDICTO; BRUNET, 2018, p. 6). A ambiência simbolicamente agressiva é traduzida pelos muros altos e cercas de arames farpados, permanentemente vigiados.

Os campos de refugiados buscam “atender” situações emergenciais, mas, mesmo que se pretenda que sejam instalações de uso temporário, muitas vezes se tornam permanentes. Kennedy (2005), por exemplo, estima que um refugiado permaneça próximo de sete anos, em média, em um campo. Basal et al. (2020, p. 9) estima essa média entre 10 e 17 anos. Em função das limitações sanitárias, há diversos estudos que atestam a existência de taxas recorrentes de casos de cólera (SHULTZ et al., 2009), tuberculose e hepatite (EISET; WEJSE, 2017), desnutrição (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2015b) e distúrbios mentais pós-traumáticos (BULIK, COLUCCI, 2019), dentre outras enfermidades.

A seção a seguir, dedicada a Dadaab, é representativa dos modelos atuais dos campos de refugiados e da ausência de perspectivas de futuro.

COMPLEXO DE REFUGIADOS DADAAB: MODELO ATUAL, PERSPECTIVAS ANTIGAS

O complexo de Dadaab (*Figura 3*), no Quênia, foi inicialmente formado por três campos: Ifo, Hagadera e Dagahaley. Hoje são cinco, com o acréscimo de Ifo 2 e Kambioos, ambos em 2011. Sua população de refugiados é de 218.873

(UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2020a, *online*), além de contar com cerca de 300.000 pessoas que vivem na região. A primeira leva de refugiados se deu em 1991, em função de guerra civil na Somália. Hoje, há filhos e netos dos primeiros imigrantes, nascidos na região. Um segundo ciclo de refugiados se deu em 2011, quando cerca de 130 mil pessoas chegaram, fugindo da seca e da fome no sul da Somália (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2020a, *online*).

FIGURA 3 — Complexo de refugiados de Dadaab, Quênia (2020).

Fonte: *United Nations High Commissioner for Refugees* (2020), reprodução mediante autorização do detentor dos direitos autorais.



Os campos foram construídos originalmente para 90 mil pessoas, apenas como um pouso temporário. No entanto, muitas pessoas nunca estiveram fora do complexo, ao longo de quase três décadas. Trata-se de um “encarceramento humanitário” (BRANKAMP, 2022).

As prolongadas permanências no campo, sem perspectivas claras, levam a uma perda de identidade e independência. Nenhuma qualificação profissional e educacional é oferecida e há forte baixa autoestima humana. Um assistencialismo precário leva ao desperdício da capacidade humana, solapa a dignidade e revela menos a incompetência do Quênia, um país pobre e subdesenvolvido, e mais da inércia da comunidade internacional, que é ineficaz em dar soluções melhores e definitivas para esse complexo problema (ABDI, 2005; BRANKAMP, 2022). Embora a circulação entre os campos seja livre, há restrições severas para quem deixar os 50Km² que compõem o complexo:

Os refugiados não podem deixar os campos, a menos que recebam passes especiais. Se apanhados sem passe, correm o risco de prisão, detenção ou expulsão. Ônibus especiais podem ser tomados entre cada um dos [...] acampamentos do complexo, separados um do outro por alguns quilômetros de poeira e calor seco (PROVOST; MOHAMED, 2011, *online*).

A falta de cercas e muros próximos aparentemente oferece uma suposta liberdade, praticamente uma provocação. Arriscar-se a transgredi-los resulta em prisão ou deportação:

Eles ficam retidos em um espaço que não lhes dá alternativas. A contenção ocorre também, no sentido de suas práticas espaciais. Eles não podem construir moradias mais resistentes de alvenaria, é proibida a construção de saneamento básico e de infraestrutura de eletricidade, não podem desenvolver de forma eficiente a agricultura, apenas pequenas hortas para sua própria alimentação, e caso consigam montar um pequeno negócio, têm que pagar impostos sobre sua atividade, porém não podem usufruir dos impostos pagos ou reivindicar melhorias, direito concedido só aos quenianos. Tudo que possua uma característica de permanente ou de melhor estrutura é proibido (SILVA, 2016, p. 176).

Embora o imaginário coletivo associe os campos de refugiados apenas àquelas paisagens áridas com vegetações retorcidas, existe, nas proximidades do campo de Dadaab, um comércio que movimentava 25 milhões de dólares ao ano, com aproximadamente 5 mil lojas (SILVA, 2016). Além disso, existem escolas, universidade (*Kenyatta University*) com curso de graduação e mestrado, hospitais, centros de saúde, banco comercial etc. que atendem seus mais de 217.000 habitantes. O que não significa que a sinergia entre refugiados e comunidade nativa exista. Como se sabe, o direito à liberdade, e mesmo ao trabalho, é cerceado para os refugiados. O campo pode ser visto como uma “cidade em processo”. O problema é que talvez seja um eterno e submisso processo, com complexidades latentes e insolúveis carências de muitas ordens.

Em 2016, o Governo do Quênia anunciou intenção de fechamento de Dadaab, por representar um pesado fardo financeiro, ambiental e de segurança. Houve manifestação de contrariedade por parte de 86% dos refugiados em retornar à Somália. Mais adiante, a medida foi suspensa por pressões de organizações humanitárias internacionais, mas a possibilidade é frequentemente cogitada.

Conclui-se que o complexo de Dadaab é um típico assentamento para refugiados. A seguir, haverá aprofundamento do tema, por força do próprio contraste entre os modelos. Serão discutidos aspectos que podem apontar para caminhos de um futuro mais promissor para os assentamentos e para os migrantes forçados, tendo como referência o campo de Kalobeyei.

CAMPO DE REFUGIADOS KALOBYEI: ALTERNATIVA EMERGENTE, NOVAS PERSPECTIVAS?

Em 2015, em atitude pioneira, a *UNHCR*, os governos do Kenya e do condado de Turkana estabeleceram um acordo para desenvolvimento de um assentamento com viés menos assistencialista, que motivasse um espírito mais empreendedor entre os abrigados e que proporcionasse maior sinergia e inclusão social entre famílias e indivíduos com as comunidades nativas. Foram programados três momentos sequenciais, após um estágio preparatório (2016-2017): Fase I (2018-2022), Fase II (2023-2027) e Fase III (2028-2030)

(UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2018). O campo de refugiados de Kalobeyei surgiu como uma reterritorialização de grupos que superlotavam o campo de Kakuma, localizado a cerca de 3,5Km de distância. Em geral, são imigrantes provenientes do Sudão do Sul, Burundi e Etiópia. Outro avanço se baseia em amplas e diferentes medidas relacionadas à: educação, infraestrutura, saúde, saneamento, moradia instalações, energia etc. que vêm sendo implantadas:

Kalobeyei representa uma inovação com significado mais amplo para o protocolo internacional de refugiados. Projetado do zero como um novo assentamento para refugiados e membros da comunidade anfitriã, oferece uma alternativa potencial para campos de refugiados fechados ou assentamentos urbanos. É o primeiro assentamento desse tipo: projetado para refugiados e anfitriões, baseado em princípios de mercado e destinado a durar depois que os refugiados retornarem para casa (BETTS, OMATA, STERCK, 2020, p. 190).

Pela primeira vez na história dos refugiados, “[...] um assentamento foi desenhado para permitir que os refugiados e a comunidade anfitriã vivam lado a lado, compartilhando mercados, escolas e hospitais” (BETTS, OMATA, STERCK, 2020, p.193). Isso não é um pequeno avanço. Em geral, as políticas de restrição de liberdade de movimento e a proibição do direito ao trabalho limitam a vida nos campos de refugiados.

Assim, buscou-se a integração de 60 mil refugiados e 20 mil pessoas da comunidade local, através do desenvolvimento de atividades econômicas com sustentabilidade ambiental e social.

Kalobeyei (*Figura 4*) é um campo situado, no condado de Turkana, no Quênia, aberto às autoridades daquele país por demanda da UNHCR, em 2013, após conflitos no recém-criado (2011) e vizinho Sudão do Sul que provocaram um enorme afluxo de migrantes. Na ocasião, o campo de Kakuma, Quênia, idealizado para 70 mil pessoas, já contava com 183 mil refugiados. As experiências dos campos Dadaab e Kakuma mostravam-se inadequadas para as respectivas populações. Com a participação da UNHCR e do Banco Mundial, além de outras organizações humanitárias e países doadores, foi criado o *Kalobeyei Integrated Social and Economic Development Programme (KISED)*, uma agência multilateral dedicada a criar um novo paradigma para campos de refugiados:

O objetivo geral desta iniciativa é reorientar o programa de assistência aos refugiados para contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas dos refugiados e comunidades anfitriãs, melhor preparar a comunidade anfitriã para aproveitar as oportunidades econômicas emergentes nas colheitas futuras e no potencial da agricultura irrigada e reduzir a dependência excessiva da ajuda humanitária e apoiar os refugiados para alcançar soluções duráveis (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, [ca. 2018], *online*).

FIGURA 4 — Complexo de refugiados de Kalobeyei, Quênia (2020).

Fonte: *United Nations High Commissioner for Refugees* (2020), reprodução mediante autorização do detentor dos direitos autorais.



As soluções implementadas pela *KISED*P pretendem transformar o modelo humanitário de assistência, de forma a buscar meios que “aumentem a autossuficiência dos refugiados e das comunidades anfitriãs”, a partir de quatro diretrizes básicas:

- “Criar um ambiente favorável à atração de investimentos do setor privado com o objetivo de promover a economia local;
- investir em infraestrutura socioeconômica básica, introduzir modelos sustentáveis e fortalecer [...] a prestação de serviços em âmbito nacional, [...] de forma inclusiva;
- melhorar a ajuda humanitária [de forma inovadora] e elevar a inclusão financeira para refugiados e comunidades anfitriãs de maneira a aumentar a autossuficiência e reduzir a pobreza;
- aumentar o acesso a uma educação de mais alto nível e especializada e promover e apoiar habilidades voltadas para o mercado de refugiados e comunidades anfitriãs para que possam participar da economia local” (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2018, *online*).

De fato, há algumas perspectivas originais e positivas de mudança de paradigma em que a mais alvissareira é a tentativa de equilibrar as relações entre migrantes forçados e populações locais (MUGGAH; ABDENUR, 2018).

Outras iniciativas inovadoras são: (a) o *Bamba Chakula*, um programa de assistência financeira desenhado pelo *World Food Programme* (WFP), através do qual é depositado determinado valor mensal por pessoa, para gastos em estabelecimentos credenciados. Isso tem fomentado positivamente o comércio local; (b) a promoção da agricultura, em áreas livres e próxima aos cursos d’água, como forma de reforçar a autossuficiência e incentivar a vivência agrária de grande parte daqueles oriundos do Sudão do Sul e de Burundi (BETTS, OMATA, STERCK, 2020).

Jahre *et al.* (2018), entretanto, trouxeram relevante análise sobre campos de refugiados em contextos absolutamente distintos, em relação à infraestrutura, gestão, número de pessoas atendidas, processos participati-

vos etc., de forma a avaliar possíveis abordagens evolutivas que pudessem conferir maior qualidade de vida aos migrantes. Foram selecionados quatro assentamentos: Bur-Amino (Etiópia), Kalobeyei (Quênia), Karkamis (Turquia) e Lagkadikia (Grécia), todos localizados em países com notória tradição de recebimento de refugiados. Foram identificadas ainda tímidas manifestações em relação às formas tradicionais de planejamento, manutenção e gestão dos campos. Em geral, a postura *top-down* de tomada de decisão é preponderante, justificada pela situação emergencial que supostamente apressa processos e decisões.

Há ainda algumas outras questões negativas. Por razões de segurança nacional, “[...] os refugiados em Kalobeyei devem solicitar [ao governo Queniano] permissão de viagem para qualquer distância além da vizinha Kakuma” (BETTS, OMATA, STERCK, 2020, p. 203). Assim, há um receio de que as restrições para circulação estejam se agravando. Segundo Brankamp (2022, p. 119): “Os refugiados em Kalobeyei, portanto, permanecem sujeitos a severas restrições de movimento e, como os moradores do [“tradicional”] campo de Kakuma, são obrigados a solicitar ‘passes de movimento’ e enfrentar o policiamento militarizado”.

Provavelmente ainda é cedo para se aferirem resultados que comprovem o sucesso (ou o fracasso) das iniciativas implementadas em Kalobeyei. A primeira fase (2018-2022) de implantação do projeto, em um universo de três fases, ainda nem foi concluída. Um aglomerado com 186 mil pessoas, além da população nativa de outras 300 mil, criado recentemente (em 2018), demanda recursos materiais e imateriais importantes. É de se esperar que a experiência leve algum tempo para se consolidar.

Outras questões serão levantadas e discutidas na próxima seção, no que concerne a pontos relevantes pesquisados, analisados e confrontados que ilustrarão as territorializações dos refugiados.

RESULTADOS, DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS

Os intermináveis dias de resignação e desalento dos refugiados são expressões do transcorrer de vidas que moldam o lugar e, conseqüentemente, por reciprocidade, são moldadas pelo lugar.

A precariedade das instalações não deve embaçar a visão das relações que se estabelecem em âmbito comunitário: “[...] ligad[as] a questões relacionadas ao poder, contestação e conflito” (ABURAMADAN *et al.*, 2020, p. 3), nem tampouco nas afinidades culturais, nas identidades e no afeto. Em geral, os migrantes forçados se abrigam em países fronteiriços, igualmente subdesenvolvidos, em 80% dos casos (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019). Por um viés territorial, um assentamento de refugiados, mesmo que não esteja moldado (“*come il faut*”) por figuras institucionais da tradição social como a Igreja e o Estado e os grupos familiares, corporativos, políticos etc., possui implacáveis feições de um trecho de cidade.

Talvez nem seja tão difícil distinguir as manifestações de poder que se estruturam nos campos de refugiados, um território em sua definição mais clássica: “[...] [o] território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). A imagem humanitária de um oásis de amparo social: “[...] um local criado especificamente para abrigar e fornecer necessidades adicionais aos refugiados [...] até que o conflito acalme ou os refugiados recebam asilo em um país” (SUSTAINABLE SANITATION AND WATER MANAGEMENT, 2015, *online*), em geral, não faz jus às expectativas.

Como visto, Kalobeyei pode ser o início de uma reação representativa de um novo tipo de campo de refugiados. Críticas à parte, vale lembrar que foram estabelecidos três momentos sequenciais, com duração prevista de cerca de 15 anos, para a implantação de um tipo de campo de refugiado com um viés menos assistencialista e mais autossuficiente, com ênfase na educação e na integração social, e a Fase I ainda nem chegou ao final. Há ainda muito a ser percorrido. A questão dos refugiados é urgente e grave, mas as dimensões qualitativas e quantitativas do tema são desafios que demandam tempo, recursos, políticas e espírito humanitário.

Por outro lado, parece adequado concordar com a análise de Betts, Omata, Sterck (2020, p.192): “[d]escobrimos que Kalobeyei não é um modelo puro de ‘autossuficiência?’ e Kakuma não é um modelo puro de ‘assistencialismo’; eles ocupam posições contrastantes nesse espectro”. Reconhece-se, na integração social e comunitária, um caminho alternativo, original e relevante, com possibilidade concreta de se prescindir de grande parte dos campos em um futuro próximo ou de ajustá-los a modelos mais sustentáveis e humanitários.

O desinteresse dos governantes em prover condições mínimas e com viés de integração às comunidades locais passa por alguns pontos principais. Em primeiro lugar, é menos custoso concentrar pessoas em campos de refugiados, sobretudo dando-lhes baixas condições de vida (VOS; DEMPSTER, 2021). No caso de países pobres, pela lógica, se não há recursos nem para os nativos, não há de haver para imigrantes. Para os países ricos, “remedia-se o problema” com o paliativo de um campo de refugiado. Assim, dá-se pouca visibilidade (e importância) a um grave problema perante a sociedade local e ao mundo. Ao mesmo tempo, torna-se “desnecessário” planejar e oferecer melhores condições de vida (habitação, saúde, educação, transporte, emprego etc.) aos refugiados.

A despeito das críticas aos campos de refugiados, sublinha-se que foram identificadas propostas pontuais de requalificação através do *design* de objetos encontrados nos ambientes de refugiados. Embora sejam experiências esparsas, podem representar uma (nova) preocupação em trazer uma ambiência com maior identidade e “imageabilidade”, menos austera e mais lúdica. O *CatalyticAction*, baseado no Reino Unido, é um “estúdio de design de caráter filantrópico que trabalha para capacitar comunidades por meio de

intervensões espaciais estratégicas e inovadoras” (CATALYTICATION, 2020, *online*). Em 2015, foi idealizado um projeto-piloto “IBTASEM Playground” (Figura 5) para atender, principalmente, crianças sírias em situação de refúgio na cidade de Bar Elias, no Líbano:

O processo inovador reside não apenas no fornecimento de instalações para brincar (balanço, escorregador, etc.), mas na exploração de oportunidades que permitam que essas crianças projetem o playground pessoalmente. Isso torna cada playground específico para seu contexto, tempo e pessoas (CATALYTICATION, 2020, *online*).

FIGURA 5 — IBTASEM Playground, cidade de Bar Elias, Líbano, projeto CatalyticAction (2015).

Fonte: CatalyticAction (2015), reprodução mediante autorização do detentor dos direitos autorais.



Foram também verificadas interessantes e importantes atitudes no âmbito da arquitetura, embora com pouca originalidade em relação à morfologia e organização urbana. Evidentemente, o primeiro objetivo deve ser reduzir ao máximo os campos de refugiados como solução de abrigo. A integração deve ser uma meta a ser alcançada e o isolamento em enclaves, exclusivamente de migrantes forçados, deve ser evitado ao máximo. Entretanto, nos casos em campos de refugiados que sejam mandatórios, por razões realmente emergenciais, é necessário planejar melhores alternativas e modificar radicalmente posturas coercitivas. Novos modelos de assentamento devem ser propostos, com o objetivo de atender à qualidade da forma urbana, com melhor ambiência, conforto e infraestrutura adequada para multidões de pessoas forçadas a migrar e merecedoras de uma vida com mais liberdade e respeito.

Por fim, outra ponderação é relacionada às respostas que têm sido dadas pelas populações das grandes cidades dos países latino-americanos, em relação às ocupações e distribuições no tecido urbano. Há uma evidente tendência, “identificada em padrões comuns”, à dispersão e à periurbanização nas conurbações das grandes metrópoles (ONU-HABITAT, 2012).

Esse espraiamento equilibrado da densidade demográfica, se realizado de forma planejada e integrada, pode incrementar o surgimento de centralidades relevantes, em cidades pequenas e médias, com dinâmicas próprias: “[p]ara as próprias cidades, esses novos moradores podem trazer benefícios econômicos e culturais. Muitos desses refugiados são jovens e podem contribuir com suas habilidades para impulsionar a inovação, o empreendedorismo, o comércio e o investimento” (VOS; DEMPSTER, 2021). O tema dos refugiados pode se entrosar a essas novas tendências. Vê-se uma alternativa não somente solidária, mas também socioeconômica e cultural, através do direcionamento de refugiados para essas regiões, com a precaução de que não sejam criados guetos estigmatizados, espaços de prevalência da anomia urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por trás da aparente simplicidade das configurações dos assentamentos de refugiados, há uma forte efervescência de tensões internas e externas. Todas as dualidades inerentes ao tema: “exclusão-inclusão”, “provisório-definitivo”, “deslocamento-permanência”, como visto, influenciam nas conformações físico-espaciais dos aglomerados. Soluções de cunho meramente improvisado e temporário são incorporados na forma em lidar com a infraestrutura dos assentamentos, sem que existam reais perspectivas de equalização dos problemas de forma definitiva, embora os campos sejam a única opção possível para muitas pessoas absolutamente desassistidas em suas necessidades básicas e distantes de suas origens.

A solução para a qualificação dos assentamentos deve se alinhar, como objetivo de médio prazo, com a adequada inserção social do imigrante. Isso somente é possível através de políticas públicas eficientes. O problema se capilariza por diferentes escalas: pessoal (familiar ou individual); comunitária (nos assentamentos receptores) e global (em função dos fluxos migratórios domésticos ou internacionais). Portanto, os instrumentos de abordagem dessa grave situação devem ensejar diferentes abordagens multidisciplinares. É fundamental reafirmar que é necessária a garantia rigorosa de direitos básicos pertinentes à: saúde, educação, moradia, subsistência, suporte jurídico, liberdade e honradez, dentre outros, por ação da UNHCR, organismos multilaterais, ONG, países desenvolvidos e iniciativa privada.

É nítido que o atual “modelo”, baseado frequentemente em migrações entre países paupérrimos, não oferece alternativas plausíveis e sustentáveis. Organismos multilaterais de caráter social devem instar países socialmente mais equilibrados e ricos a oferecerem recursos e, quem sabe, disponibilizar acolhimento diplomático e humanitário para uma multidão que representa um dos maiores problemas contemporâneos do planeta. Como visto, os campos de refugiados, em futuro próximo, deverão servir apenas a situações específicas de apoio ao imigrante forçado recém-chegado.

A diminuição do número de campos vem se alinhar à tendência inversamente proporcional de crescimento da população de refugiados em cidades. Afinal, é nas cidades que se apresentam mais e melhores oportunidades, ainda que informais e raramente ideais. É igualmente importante que haja um envolvimento de planejadores, projetistas urbanos (*urban designers*), arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos, dentre muitos outros profissionais, de maneira a conferir elevada qualidade físico-espacial e infraestrutura mínima aos assentamentos. Por fim, neste objetivo de encontrar formas alternativas de reterritorializações de refugiados, deve-se lembrar que processos participativos, amplamente democráticos, do tipo *bottom-up* podem trazer melhor qualidade de vida aos assentamentos, com maior identidade dos partícipes com o lugar e o incentivo às relações humanas. Um olhar atento e humanitário ao processo de desenvolvimento do campo de Kalobeyei pode trazer novas reflexões e perspectivas futuras para um contingente populacional em forte ascensão. Trata-se de uma iniciativa que pode tornar-se referência na reversão do indesejável quadro atual, até recentemente sem perspectivas reais de melhoria.

NOTAS

1. *Fuori campo - Asylum seekers and refugees in Italy: unofficial settlements and social marginalisation*, em tradução livre, significa: Fora do campo - Requerentes de asilo e refugiados na Itália: assentamentos não oficiais e marginalização social (Tradução nossa). "*Fuori campo*", traduzido na versão em inglês como "*Off sight*", parece trazer um sentido dúbio para a situação dos refugiados. A tradução "Fora do campo" pode ser interpretada como "Fora do campo de visão" (em alusão a populações "invisibilizadas" aos olhos negligentes das autoridades governamentais e da sociedade civil) ou "Fora de campos de refugiados".
2. *Self-reliance* foi traduzido como "autossuficiência", em tradução livre. De acordo com a UNHCR (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2005, p. 1): "A 'autossuficiência' é a capacidade social e econômica de um indivíduo, família ou comunidade para atender às necessidades essenciais (incluindo proteção, alimentação, água, abrigo, segurança pessoal, saúde e educação) de maneira sustentável e com dignidade. A 'autossuficiência', como uma abordagem de programa, refere-se ao desenvolvimento e fortalecimento dos meios de subsistência das pessoas de interesse e à redução de sua vulnerabilidade e dependência a longo prazo de assistência humanitária/externa".

REFERÊNCIAS

- ABDI, A. In limbo: dependency, insecurity, and identity amongst Somali refugees in Dadaab Camps. *Refuge, Canada's journal on refugees*, v. 22, n. 2, p. 6-14, 2005. Disponível em: <https://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/view/21328>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ABURAMADAN, R. et al. Designing refugees' camps: temporary emergency solutions, or contemporary paradigms of incomplete urban citizenship? Insights from Al Za'atari. *City, Territory and Architecture*, v. 27, n. 7, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://cityterritoryarchitecture.springeropen.com/articles/10.1186/s40410-020-00120-z>. Acesso em: 29 dez. 2020.
- BASAL, A. et al. *EmPower Bidibidi*, Columbia University/SIPA Energy and Environment, 2020. Disponível em: [https://sipa.columbia.edu/sites/default/files/embedded-media/EmPower%](https://sipa.columbia.edu/sites/default/files/embedded-media/EmPower%20Bidibidi.pdf)

20Bidibid%20FINAL%20Report.pdf. Acesso em: 4 jan. 2021.

BENEDICTO, A.; BRUNET, P. *Building walls: fear and securitization in the European Union*. Barcelona: Centre Delàs d'Estudis per la Pau, 2018.

BETTS, A.; OMATA, N.; STERCK, O. The Kalobeyei settlement: a self-reliance model for refugees? *Journal of Refugee Studies*, v. 33, n. 1, p. 189-223, 2020.

BRANKAMP, H. Camp abolition: ending carceral humanitarianism in Kenya (and beyond). *Antipode*, v. 54, p. 106-129, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/anti.12762>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BULIK, K. J. D.; COLUCCI, E. Refugees, resettlement experiences and mental health: a systematic review of case studies. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 68 n. 2, p. 121-132, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v68n2/1982-0208-jbpsiq-68-02-0121.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CATALYTICATION. *CatalyticAction*, 2020. Disponível em: <https://www.catalyticaction.org/work/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

EISET, A. H.; WEJSE, C. Review of infectious diseases in refugees and asylum seekers-current status and going forward. *Public Health Reviews*, v. 38, n. 22, p. 1-16, 2017. Disponível em: [https://publichealthreviews.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40985-017-0065-4#:~:text=The%20highest%20infectious%20disease%20prevalence,C%20\(up%20to%205%25\)](https://publichealthreviews.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40985-017-0065-4#:~:text=The%20highest%20infectious%20disease%20prevalence,C%20(up%20to%205%25)). Acesso em: 10 jan. 2021.

HUANG, C.; GRAHAM, J. Are refugees located near urban job opportunities? *Center for Global Development*, 2018. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/are-refugees-located-near-urban-job-opportunities>. Acesso em: 22 ago. 2022.

JAHRE, M. et al. Approaches to the design of refugee camps: an empirical study in Kenya, Ethiopia, Greece and Turkey. *Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management*, v. 8, n. 3, p. 323-345, 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JHLSCM-07-2017-0034/full/html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

KENNEDY, J. Challenging camp design guidelines. *Forced Migration Review*, v. 23, p. 46-47, 2005. Disponível em: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/europe/kennedy.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MEDICI SENZA FRONTIERE. *Out of sight: informal settlements: social marginality, obstacles to access to healthcare and basic needs for migrants, asylum seekers and refugees*. 2. ed. [S.l.]: MSF, 2018. Disponível em: https://www.msf.fr/sites/default/files/out_of_sight_130218.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

MIYAMOTO, J. Territorialidade e ecótonos urbanos: limites em tensionamento. *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 27, n. 51, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/165420>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MUGGAH, R.; ABDENUR, A. Refugees and the city: the twenty-first-century front Line. *World Refugee Council Research Paper*, n. 2, p. 1-18, 2018.

OBI, C. T. The impact of living arrangements (In-Camp versus Out-of-Camp) on the quality of life: case study of Syrian refugees in Jordan. *Policy Research Working Paper*, p. 1-33, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35106>. Acesso em: 9 set. 2022.

ONU-HABITAT. *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana*. Nairóbi: ONU-HABITAT, 2012. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2021.

PROVOST, C.; MOHAMED, H. Dadaab refugee camps: 20 years of living in crisis. *The Guardian*,

24 mar. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2011/mar/24/dadaab-refugee-camps-living-in-crisis>. Acesso em: 14 jan. 2021.

RASHIDI, D.; HOSSEINI, S. B. Redefining refugee camps as livable cities. *American Journal of Civil Engineering and Architecture*, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2018.

SHULTZ, A. et al. Cholera outbreak in Kenyan refugee camp: risk factors for illness and importance of sanitation. *The American Society of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 80, n. 4, p. 640-645, 2009.

SIEGFRIED, K. Alternatives to refugee camps: can policy become practice? *The New Humanitarian*, 2014. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/analysis/2014/10/07/alternatives-refugee-camps-can-policy-become-practice>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, D. *Das migrações forçadas à contenção territorial: as geografias do campo de refugiados de Dadaab no Quênia*. 234 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SUSTAINABLE SANITATION AND WATER MANAGEMENT. *A guide for understanding refugee camps*. [S.l.]: SSWM, 2015. Disponível em: <http://internationalrelations.org/a-guide-to-understanding-refugee-camps/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Global Trends: forced displacement in 2021*. [S.l.]: UNHCR, 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021>. Acesso em: 15 ago. 2022.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Dadaab Refugee Complex*. [S.l.]: UNHCR, 2020a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/ke/dadaab-refugee-complex>. Acesso em: 30 dez. 2020.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Global Trends: forced displacement in 2019*. [S.l.]: UNHCR, UNHCR, 2020b. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Global Trends: forced displacement in 2018*. [S.l.]: UNHCR, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>. Acesso em: 2 jan. 2021.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Kalobeyei Settlement*. [S.l.]: UNHCR, [ca. 2018]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/ke/kalobeyei-settlement>. Acesso em: 17 jan. 2021.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Kalobeyei Integrated Social and Economic Development Programme (KISED)*. [S.l.]: UNHCR, 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/ke/wp-content/uploads/sites/2/2018/12/KISED-Strategic-Overview.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Global Strategy for Settlement and Shelter*. In: UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Emergency Handbook*. [S.l.]: UNHCR, 2015a. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/about>. Acesso em: 10 jan. 2021.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Nutrition in urban areas*. In: UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Emergency Handbook*. [S.l.]: UNHCR, 2015b. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/entry/31948/nutrition-in-urban-areas>. Acesso em: 10 jan. 2021.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Handbook for self-reliance*. [S.l.]: UNHCR, 2005. Disponível em: <https://www.unhcr.org/44bf7b012.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.


UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Convention and Protocol relating to the status of refugees*. [S.l.]: UNHCR, 1966. Disponível em: <https://www.unhcr.org/3b66c2aa10>. Acesso em: 6 jan. 2021.

UP TO 250 people per single water tap in refugee camps braced for arrival of coronavirus. *Oxfam*

International, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/250-people-single-water-tap-refugee-camps-braced-arrival-coronavirus>. Acesso em: 8 jan. 2021.

VOS, A.; DEMPSTER, H. Most refugees live in cities, not camps: our response needs to shift. *Center for Global Development*, 2021. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/most-refugees-live-cities-not-camps-our-response-needs-shift>. Acesso em: 30 ago. 2022.

JAMES MIYAMOTO

 0000-0002-4710-4339 | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Rio de Janeiro, RJ, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: JAMES MIYAMOTO | E-mail: james@fau.ufrj.br

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

MIYAMOTO, J. Refugiados: (re)territorialidade e perspectivas. *Oculum Ensaios*, v. 20, e235255, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5255>

RECEBIDO EM

25/1/2021

VERSÃO FINAL EM

29/11/2022

APROVADO EM

6/12/2022

EDITOR RESPONSÁVEL

Jonathas Magalhães e
Renata Baesso